

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1
2 **Data, hora e local:** 04 de abril de 2016, às 15h12m, na Rua São Bento, 405, Auditório do
3 10º andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. **Pauta do dia:** 1. Informes;
4 2. Apresentação "Zika Vírus – Ações de prevenção e combate"; 3. Plenária; 4. Apresentação da
5 Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei 16.402, de 22 de março de 2016 –
6 Zoneamento; 5. Plenária. **Conselheiros Presentes CMPU:** Fernando de Mello Franco
7 (Presidente); **ORGÃOS MUNICIPAIS:** Nuria Pardillos Vieira (Secretaria Municipal de
8 Desenvolvimento Urbano – SMDU); Camila Nastari Fernandes (Secretaria Municipal de
9 Desenvolvimento Urbano – SMDU); Vilma de Oliveira Mendonça (Secretaria Municipal de
10 Gestão – SMG); Diogo de Tullio Vasconcelos (Secretaria Municipal de Finanças e
11 Desenvolvimento Econômico – SF) Miguel Biazzo Neto (Secretaria Municipal de
12 Licenciamento – SEL); Priscila Tiba Hashimoto (Secretaria Municipal de Coordenação das
13 Subprefeituras – SMSP); Sônia Teico Yamada (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana
14 e Obras – SIURB); Helia Maria Santa Barbara Pererira (Secretaria Municipal do Verde e do
15 Meio Ambiente - SVMA); Julio Henrique Canuto da Silva (Secretaria Municipal do
16 Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo – (SDTE); Patricia Saran (São Paulo
17 Urbanismo – SP-Urbanismo); Wagner Germano (Companhia Metropolitana de Habitação de
18 São Paulo – COHAB); **SUBPREFEITURA:** Carlos Eduardo Silva Diethelm da Subprefeitura
19 Pirituba/Jaraguá (Macrorregião Norte 2); Renata Carvalho Naves e Viviane Rodrigues de
20 Palma da Subprefeitura Penha (Macrorregião Leste 1); Carlos Henrique Nunes Cabral da
21 Subprefeitura Santo Amaro (Macrorregião Sul 2); **CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL:**
22 José Carlos Ribeiro Gimenes e Irani Aparecida Pereira Dias (Macrorregião Norte 1 das
23 Subprefeituras Santana/Tucuruvi e Vila Maria/Vila Guilherme respectivamente); Artur
24 Monteiro Roçado (Macrorregião Centro da Subprefeitura Sé); Angela Maria Calábria e
25 Georgina Helena de Freitas (Macrorregião Leste 1 das Subprefeituras Penha e Vila Prudente
26 respectivamente); Leonardo Medeiros e Silva (Macrorregião Leste 2 da Subprefeitura de
27 Itaim Paulista; Helio Higuchi (Macrorregião Sul 1); **MOVIMENTOS DE MORADIA (3):**
28 Alexandre de Sant'anna Loyola (Movimento Sem Teto do Centro – MSTC); **ASSOCIAÇÕES DE**
29 **BAIRROS (1):** Nelson Terra Barth (Associação dos Amigos do Bairro City Caxingui – AABCC);
30 **ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS (3):** Paulo Gustavo da Vinha Carmo Bizzo (Associação São
31 Benedito Legal); **ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS (4):** Cibele Martins Sampaio (CIRANDA);
32 **SETOR EMPRESARIAL (1):** Ricardo Yazbek (Sindicato das Empresas de Compra, Venda,
33 Locação e Administração de Imóveis de São Paulo – SECOVI); **SETOR EMPRESARIAL (3):**
34 Roberto de Castro Mello (Sindicato Nacional das Empresas Arquitetura e Engenharia
35 Consultoria – SINAENCO) e Adriana Blay Levisky (Associação Brasileira dos Escritórios de
36 Arquitetura – AsBEA); **SETOR EMPRESARIAL (4):** Andy Alexandre Gruber (Federação do
37 Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP) e
38 Christian de Moraes Machado Suppo Bojlesen (Associação Comercial de São Paulo – ACSP);
39 **ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL:**
40 Jacobina Albu Vaisman e Renata Semin (Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de
41 São Paulo – IABsp); **ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE**
42 **PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL(1):** Valter Luis Caldana Junior (Universidade
43 Presbiteriana Mackenzie – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo); **MOVIMENTOS DE**
44 **MOBILIDADE URBANA:** Carlos Afonso Cerqueira Aranha (Associação dos Ciclistas Urbanos de

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

45 São Paulo – CICLOCIDADE); ENTIDADES RELIGIOSAS: Irene da Conceição de Brito (Mitra
46 Arquidiocesana de São Paulo); CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
47 PARTICIPATIVOS – CPOP: José Raimundo do Sacramento (Conselho Participativo Municipal
48 de Campo Limpo); ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS: Márcia Renata Iani
49 (Secretaria Estadual do Meio Ambiente); Luiz Fernando de Mattos Chaves (Secretaria
50 Estadual dos Transportes Metropolitanos). Ordem do dia: **01)** O Secretário Municipal de
51 Relações Governamentais, José Américo Ascêncio Dias, iniciou a reunião às 15h10m
52 apresentando a pauta da reunião, com a qual o plenário concordou. **02)** Após a
53 apresentação, o Secretário franqueou a palavra ao integrante do Comitê Gestor do Conselho
54 da Cidade e representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral - MCCE, Luciano
55 Santos, que anunciou os nomes e a quantidade de votos de cada conselheiro eleito para
56 compor o Conselho Gestor do Conselho da Cidade. **03)** Na sequência, o Secretário José
57 Américo Ascêncio Dias abriu a palavra para manifestações. **04)** A Conselheira Gislaíne
58 Caresia do Conselho da Cidade iniciou solicitando ao conselho uma nota de repúdio contra a
59 capa da revista "Isto É", uma vez que alegou ser ofensiva não somente à Presidenta da
60 República, mas também à todas as mulheres que possuem cargos de comando. **05)** Na
61 sequência o Secretário José Américo Ascêncio Dias, propôs que a nota solicitada pela
62 conselheira fosse elaborada pelos seus proponentes para apreciação e aprovação do pleno
63 ao final da reunião. Em sequência, franqueou a palavra ao Secretário Municipal da Saúde,
64 Alexandre Padilha, que fez uma breve apresentação sobre os avanços do Sistema Único de
65 Saúde - SUS e as medidas que estão sendo tomadas para prevenção e combate ao Zika
66 Vírus. **06)** Após a apresentação o Secretário José Américo Ascêncio Dias agradeceu ao
67 Secretário e abriu a palavra aos conselheiros. **07)** Paulo Roberto Feldmann, representante
68 do SECOVI no Conselho da Cidade, apontou que o principal problema da área da saúde é a
69 sua má gestão, o conselheiro afirmou que a falta de competição faz com que as empresas
70 não tenham interesse em buscar melhorias. O conselheiro também relatou que algumas
71 cidades dos Estados Unidos têm adotado como medida a divulgação do número de óbitos
72 em relação ao número de atendimentos por hospital, desta forma sugeriu que a prefeitura
73 solicite esses dados de todos os hospitais que atuam na cidade de São Paulo e que os
74 mesmos sejam divulgados para população, a fim de criar uma competição benéfica entre os
75 hospitais e assim alcançarem uma meta na gestão da área da saúde. **08)** Adriana Oliveira
76 Magalhães, representante da CUT/SP no Conselho da Cidade, agradeceu a apresentação e
77 solicitou as perspectivas a curto e médio prazo da fila e do déficit apresentado pelo
78 Secretário, Alexandre Padilha, e ressaltou que além dos conselheiros sente falta dos usuários
79 das UBS e hospitais participarem ativamente na gestão e nos repasses. **09)** Anderson Lopes
80 Miranda, representante do Movimento Nacional da População de Rua no Conselho da Cidade,
81 parabenizou a criação e participação na 1ª eleição do Conselho Municipal da Saúde de São
82 Paulo, em sequência parabenizou a criação do programa "Consultório na Rua" que viabiliza o
83 atendimento médico à população de rua. Ressaltou, ainda, que foi atendida a solicitação
84 para o 1º evento referente à tuberculose na cidade de São Paulo, realizado no dia 22 de
85 março, onde mais de 5.000 pessoas, com o suporte da prefeitura, conseguiram atendimento
86 e informações, assim como, iniciar tratamento contra a tuberculose e destacou que essa
87 parceria resultou na redução da tuberculose na população de rua da cidade de São Paulo.
88 **10)** Oded Grajew, representante do Movimento Nossa São Paulo no Conselho da Cidade,

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

89 deu boa tarde a todos e comentou sobre a Lei da Qualidade dos Serviços Públicos que
90 compromete o gestor público de apresentar informações aos munícipes sobre esses serviços,
91 incluindo uma série histórica. Informou também que a rede Nossa São Paulo realiza pesquisa
92 com a população sobre a qualidade de vida, e em sua última pesquisa registrou que a
93 população sente que o acesso à saúde piorou e sugeriu que esses números sejam
94 apresentados nos postos de saúde, uma vez que é o local onde a população tem acesso,
95 pois a percepção da população é importante e esses números são a realidade. **11)** Flavia
96 Stefanny, representante da União Estadual de Estudantes de São Paulo no Conselho da
97 Cidade, deu boa tarde a todos e questionou sobre a participação social dentro do conselho e
98 se ela se desdobra para os conselhos regionais, justificando que essa participação é muito
99 importante. Além disso, questionou se existe algum programa para prevenção de doenças,
100 que sirva para diminuir a demanda dos hospitais, com doenças que possam ser tratadas nos
101 postos de saúde. **12)** Alexandre Padilha, Secretário Municipal de Saúde, disse que cometeu
102 um lapso em sua apresentação e solicitou a abertura do site da Secretaria Municipal de
103 Saúde, para exibir a semana da “Virada da Saúde” em São Paulo, que inclusive virou Lei,
104 com esforço de mobilizar a cidade quanto a prevenção de doenças, reforçando a política de
105 práticas integrativas. O Secretário esclareceu ao conselheiro Oded Grajew que o tema da
106 percepção é algo complexo, mesmo considerando a sugestão muito boa, mas esclareceu que
107 nos equipamentos de saúde há uma rede interna de televisão que está sendo alterada para
108 melhor divulgar essas informações. Referente ao Conselho Municipal de Saúde esclareceu
109 que houve uma reestruturação de conselheiros, onde cada hospital e unidade básica de
110 saúde tem seu conselho gestor, inclusive com curso para entender orçamento e os números
111 apresentados, porém hoje há uma burocratização dos conselhos, além da transparência
112 através de aplicativos, para aproximação da população. Esclareceu, ainda, que há um vácuo
113 na legislação quanto aos hospitais, tendo somente como garantir a parte sanitária, sem
114 abranger o seu funcionamento, já nos hospitais públicos a exigência na transparência de
115 dados é viável, onde além do índice de mortalidade existe um total de quinze índices.
116 Finalizando seus esclarecimentos, agradeceu ao Movimento Nacional de Trabalhadores de
117 Material Reciclável e todos os movimentos ligados ao tratamento com a população de rua,
118 afirmando que sem eles não seria possível a redução da tuberculose. **13)** Em sequência, o
119 Secretário José Américo Ascêncio Dias agradeceu a apresentação do Secretário Padilha e
120 passou a palavra ao Secretário Fernando de Mello Franco que apresentou a nova legislação
121 urbana, a Lei de Uso e Ocupação do Solo. **14)** O Secretário Municipal de Desenvolvimento
122 Urbano, Fernando de Mello Franco, iniciou a apresentação informando a sanção da Lei de
123 Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, mais conhecida como Lei de Zoneamento, e
124 apontou que a lei faz sinergia com o Plano Diretor Estratégico, parte do marco regulatório da
125 cidade de São Paulo, sendo possível a revisão dessas duas leis com uma relação direta. Na
126 sequência explanou sobre os três princípios norteadores para revisão da Lei de Zoneamento,
127 sendo um deles, a participação popular, que teve o processo iniciado logo após a sanção do
128 PDE em 2014, através de inúmeras atividades participativas como as oficinas, audiências
129 públicas, diálogos, concursos, entre outras atividades, que totalizaram no conjunto com o
130 PDE, 228 audiências públicas, destacando que todo processo foi registrado na plataforma
131 virtual Gestão Urbana. O Secretário informou que após a etapa do executivo, com 7.600
132 propostas, iniciou-se a etapa do legislativo, que ao final totalizou cerca de 16.000

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

133 participações e 13.100 propostas vindas da sociedade civil, as quais resultaram em um
134 substitutivo com suas emendas que foram devidamente aprovadas e sancionadas. Em
135 seguida, esclareceu que o segundo princípio tratou da simplificação da lei, através da
136 consolidação de um marco legal abrangente, etapa onde inúmeras leis, dispositivos e artigos
137 foram revogados e consolidados em um único texto. E reforçou a importância desta etapa
138 para a compreensão da sociedade, facilitando muito para o gestor público a aplicação de
139 uma lei mais simplificada. O terceiro norteador foi a compreensão estratégica do território
140 urbano, sendo importante entender o contexto da cidade de São Paulo nos dias de hoje, a
141 qual atualmente possui uma queda significativa da taxa de crescimento, onde futuramente
142 estabilizará abaixo da linha de reposição, assim começara a decrescer o que implica em uma
143 perda de população, tornando positivo para o planejamento ser um instrumento efetivo, pois
144 não havia dinheiro, planejamento ou gestão que capaz de acompanhar o crescimento. Na
145 sequência esclareceu que São Paulo possui um contexto demográfico não homogêneo,
146 setorizando a cidade em centro expandido, zona leste e norte, como as áreas prioritárias
147 para maior investimento social, até o final da vigência do PDE e da Lei de Zoneamento. E ao
148 mesmo tempo é a região com taxa de envelhecimento da população mais expressiva, porém
149 abrem-se novas questões para promover a recuperação dessa população que está se
150 perdendo, como também o rejuvenescimento dos setores inseridos nessas áreas. Explanou
151 ainda que, esses setores são os que possuem a maior taxa de empregos, no eixo entre o
152 centro da cidade e o setor sudoeste, contrastando profundamente com uma desigualdade
153 socioterritorial, onde os setores mais distantes do centro são os que apresentam as maiores
154 taxas de vulnerabilidade econômica, social e territorial, trazendo sérios impactos na questão
155 ambiental, pois essas áreas são as responsáveis pela produção de água entre outras funções
156 ambientais que representam. Portanto, esse conjunto de diagramas expressa os profundos
157 desequilíbrios, desigualdades e desfuncionalidades que precisam ser equacionados,
158 reequilibrados e reordenados para que de fato possa ter um crescimento sustentável e
159 benéfico a todos, pois toda cidade é um ecossistema, não adiantando apenas manter o
160 privilégio de áreas específicas, esse é o propósito do PDE e da Lei de Zoneamento, oferecer
161 instrumentos específicos para que a política que foi pactuada seja devidamente implantada
162 no tempo previsto pela Lei. O Zoneamento agrupa as zonas da cidade em três grandes
163 setores: o primeiro irá reunir todas as zonas que tem como propósito principal a preservação
164 e conservação dos territórios ambientalmente importantes; o segundo são zonas onde as
165 atividades cotidianas acontecem, como trabalho, residência e estudo; em terceiro lugar são
166 as zonas de transformação, no sentido da locomoção da população, a qual se faz necessária
167 por conta do déficit de cerca de um terço morando em condições subnormais. Ressaltou que
168 a cidade precisa continuamente se transformar e preparar-se para esse reequilíbrio e
169 acomodação tanto referentes ao crescimento de população, quanto para a longevidade da
170 população já existente. O Secretário apresentou, ainda, o conjunto dessas zonas unidas, em
171 forma de diagrama, exemplificando a união e necessidade dessa distribuição, em seguida a
172 divisão de todas as zonas, explicando que essa setorização permite enfrentar cada território
173 dentro da sua especificidade, sendo único e coeso, diferente do Zoneamento anterior que foi
174 feito de forma fragmentada. Logo após elencou os objetivos principais da lei: garantir a
175 moradia digna para quem precisa, consagrando o debate do PDE com zonas especiais de
176 interesse social, explicando o objetivo de cada separação das ZEIS, com cerca de 177km²,

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

177 com acréscimo de 8,7% comparado ao anterior, sendo que as ZEIS 2, 3, 4 e 5, que são para
178 produção de habitação, com cerca de 34,5km², 84% acréscimo de estoque, tornando essa
179 área suficiente para acabar com o déficit habitacional; orientar o crescimento das cidades na
180 proximidade do transporte público, uma vez que a matriz rodoviária é um agravante para a
181 mobilidade, unindo o desenvolvimento urbano e áreas de transformação com maior
182 intensidade do uso da terra e concentração dos bens e serviços urbanos se destinará ao
183 conjunto de zonas de estruturação urbana, correspondendo aos eixos de estruturação da
184 transformação urbano, tal como conceito do PDE. O secretário elucidou que as áreas para
185 expansão da rede de transporte de massa e coletivo, zonas de centralidade, são as ruas de
186 bairros, onde passam as linhas de ônibus e onde se instalam os comércios de bairro; os
187 setores onde a intenção é levar ofertas de emprego e serviços são as zonas corredor que
188 passam as margens das zonas estritamente residenciais, que também possuirá comércios. A
189 somatória de tudo estabelece de forma hierárquica a rede de serviços urbanos, abrandando
190 o desenvolvimento das áreas no intermédio dessa grelha, atendendo também uma demanda
191 por parte dos movimentos sociais e de bairro e entidades de bairro, indicando com mais
192 precisão onde atuar e intensificar o desenvolvimento, que hoje acontece de forma
193 totalmente randômica. Além disso, explicou que essa rede só se expande até as áreas
194 urbanas e urbanizáveis da cidade. Esses objetivos das zonas respaldam nos coeficientes de
195 aproveitamento, assim como no gabarito, sendo reconhecível no conjunto do diagrama uma
196 lógica de pensamento do desenvolvimento. Para a melhoria da mobilidade urbana, são
197 propostas: alargamento de calçadas, número mínimo de vagas de bicicleta, redução na
198 exigência de vagas de automóveis e incentivos de edifícios garagem nos bairros
199 intermediários ou afastados do centro expandido, nos nós das redes de transportes
200 justamente para favorecer a distância final ou inicial dos trajetos e para conter o fluxo fora
201 do centro expandido. Para qualificar a vida urbana, há uma série de revisões na lógica de
202 parcelamento, onde dependendo do tamanho de um lote há parâmetros qualificadores da
203 ocupação que são obrigatórios ou incentivados, para estabelecer uma melhor relação entre
204 os espaços privados e os públicos da cidade, trazendo uma revisão para as glebas
205 industriais, que acabam gerando para cidade os grandes condomínios fechados ou grandes
206 áreas de equipamentos, os quais se caracterizam como grandes obstáculos na malha viária,
207 na fruição e na interconectividade aos diversos setores da cidade. Para resolução desse
208 problema, foi estabelecido o lote máximo de 20.000m², passando a ser obrigatória a sua
209 fruição, ou transposição, oferta de espaço público, ou nos casos acima de 40.000m² a
210 obrigação de arruamento, tudo visando a permeabilidade. Aclarou que para o
211 desenvolvimento econômico da cidade, a intenção é fortalecer o setor produtivo, melhorar o
212 ambiente de negócios na cidade e a partir da aprovação do Zoneamento até o fim do ano
213 estima-se que todos os esforços da SP Negócios vão possibilitar que o prazo médio de
214 abertura de firma que atualmente acontece em meses possa ser reduzido para 5 dias, e o
215 novo zoneamento, a partir da categorização dos usos, vai permitir essa agilidade em função
216 da distinção entre usos de alto risco e usos de baixo risco, a facilitação de usos não
217 residenciais em lotes pequenos e regularização de indústrias existentes fora das zonas
218 predominantemente industriais entre outras ações, sendo essas zonas industriais localizadas
219 em áreas estratégicas dentro da macroárea de estruturação metropolitana, somando-se as
220 ZOES, zonas de ocupação especial, onde se localizam alguns dos projetos estratégicos, como

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – C MPU
ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

221 a remoção do CEAGESP, a eventual remoção do Campo de Marte, a nova concessão e
222 ampliação do Anhembi. Incorporar a agenda ambiental ao desenvolvimento da cidade,
223 apenas as ZEPANS tiveram acréscimo de 50% a mais da lei antiga, sendo um aumento
224 também em outras zonas, complementado por um novo instrumento, inédito no Brasil, a
225 quota ambiental, onde possibilitará para cada novo empreendimento uma parcela de
226 contribuição para o enfrentamento da crise ambiental, para tanto foi estabelecido uma serie
227 de parâmetros como permeabilidade, construção de reservatório de águas pluviais, fachadas
228 verdes, tetos verdes, arborização entre outros que vão requerer uma pontuação mínima que
229 será exigida para os empreendimentos, caso seja ampliada essa pontuação haverá redução
230 no custo da outorga onerosa do direito de construir, justamente para incentivar toda essa
231 ação, sendo um mecanismo paramétrico, ou seja, se for colocada uma árvore a mais será
232 possível reduzir a área de permeabilidade, há um ajustamento dos parâmetros, instrumento
233 concebido juntamente com as universidades inclusive de fora do país, e com parceria do
234 Conselho Brasileiro de Construção Sustentável. Após a aprovação dessas duas Leis, agora o
235 objetivo é implantar vários desses instrumentos autoaplicáveis e regulamentar os que não
236 são, mas a prioridade é estabelecer um sistema de monitoramento com controle social da
237 política urbana, sendo assim, no dia 13 de abril subirá para o sistema de informações aberta
238 ao público, GEOSAMPA, a nova Lei de Zoneamento, que poderá ser cruzada com todas as
239 outras camadas disponíveis da cidade de São Paulo, além de estarmos desenvolvendo um
240 acordo de cooperação com a UNESCO, para desenvolver o sistema de monitoramento da
241 política urbana, que será tratada em um próximo momento, expandindo as ferramentas de
242 controle social, fundamentais para que de fato as politicas sejam implantadas a partir do que
243 foi pactuado com a população. Finalizando sua apresentação o Secretario agradeceu a todos.
244 **15)** Em seguida o Secretario José Américo Ascêncio Dias agradeceu a apresentação do
245 Secretário Fernando de Mello Franco, informando que a apresentação ficará disponível no
246 site do Conselho, após abriu a palavra ao plenário e franqueou a palavra ao Conselheiro
247 Carlos Aranha do C MPU. **16)** Carlos Aranha, representante da Ciclocidade na C MPU, deu
248 boa tarde a todos, agradeceu a apresentação e elogiou dois pontos, o primeiro referiu-se ao
249 veto feito pelo Prefeito à supressão das Zonas ZEIS e ZEPAM, em segundo informou que
250 corrobora com a questão da participação popular nas inúmeras audiências públicas
251 realizadas, sem precedentes. Expos, ainda, sua preocupação referente à instituição que
252 representa entre outras organizações da sociedade civil quanto ao Art. 174 da Lei de
253 Zoneamento, havendo inclusive uma campanha para que houvesse o veto, porém ele
254 permanece, permitindo por três anos que mais de uma vaga de garagem não computável
255 sejam construídas nesses eixos de estruturação urbana, e que determina uma cota parte
256 máxima do que aqueles originalmente programados pelo PDE. O conselheiro salientou que
257 essas questões já foram respondidas e debatidas, porém os conselheiros representantes da
258 sociedade civil gostariam de solicitar mais argumentos para sustentar esse artigo e
259 compreender essa decisão, a fim de entender melhor de que forma o impacto positivo
260 previsto pelo PDE acontecerá. Além disso, expos que a exceção feita por este artigo atinge
261 apenas 2% do eixo, então gostaria de saber como esse calculo foi elaborado e o por que
262 atinge somente essa área. Em sequencia, questionou sobre o direito de propriedade, usando
263 como exemplo um empreendedor na ZEU (Zona de Estruturação Urbana) que reserva um
264 terreno e protocola um projeto com 2 ou 3 vagas de garagem para cada apartamento de

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

265 120m², uma vez que o PDE não permitiria isso, mas exercendo o direito de protocolo, desses
266 3 anos previstos pelo Art. 174, seria possível construir. **17)** Em seguida o Secretário José
267 Américo Ascêncio Dias agradeceu a fala e franqueou a palavra ao Conselheiro Oded do
268 Conselho da Cidade. **18)** Oded, solicitou que fosse colocado novamente o mapa das Zonas
269 Ambientais, e informou que em outras cidades com padrão de vida elevado estaria
270 relacionado a questão das áreas verdes com o planejamento da cidade e a área da saúde,
271 sendo que estudos revelaram que a proximidade de áreas verdes à população reduz doenças
272 e melhora a qualidade de vida, porém ao olhar o mapa mostrou preocupação por conta da
273 ausência de áreas verdes, além dos usos de lazer e convivência, inclusive por meio de
274 caminhos verdes, assim se faz necessária uma ação ou plano da Prefeitura para ampliação
275 das áreas verdes da cidade. **19)** Em seguida o Secretário José Américo Ascêncio Dias
276 agradeceu a fala e franqueou a palavra ao Conselheiro Maurício Piragino. **20)** O Conselheiro
277 Maurício Piragino deu boa tarde a todos e solicitou, ainda a respeito da apresentação do
278 Secretário Padilha, uma visita aos Braços Abertos do Conselho da Cidade, pois afirmou que
279 programa é extremamente inovador e está sendo abafado pela imprensa. Em relação à
280 apresentação do Secretário Fernando, questionou sobre o tema da descentralização, sendo
281 hoje muito caro do ponto de vista do governo, e essa descentralização seria em 4 eixos,
282 governança, orçamento, equipamentos e serviços públicos, nessa compreensão ela é um dos
283 principais instrumentos para enfrentar a desigualdade na cidade de São Paulo de fato, e
284 então questionou se a Lei de Zoneamento irá acelerar esse processo. **21)** Em seguida o
285 Secretário José Américo Ascêncio Dias agradeceu a fala e franqueou a palavra à Conselheira
286 Paula Santoro - FAU. **22)** A conselheira Paula Santoro – FAU complementou a fala do
287 Conselheiro do Ciclocidade, solicitando comentário do Secretário sobre o veto do Art. 174,
288 que quanto à mobilidade foi acompanhado com um aumento na cota parte, com mais vagas
289 de garagem, com apartamentos maiores, nos eixos do transporte coletivo, seguindo o
290 padrão dos dias de hoje, e que isso seria um retrocesso ao PDE aprovado, solicitando
291 formalmente ou a publicação do estudo que informa que não haverá impacto, porém
292 informou que de acordo com estudos realizados na FAU sobre o direito de protocolo,
293 referente ao PDE 2002 e a aprovação do Zoneamento em 2004, sextuplicou os protocolos
294 para aproveitamento do Zoneamento anterior. **23)** Em seguida o Secretário José Américo
295 Ascêncio Dias agradeceu a fala e franqueou a palavra ao Conselheiro Christian de Moraes
296 Machado Suppo Bojlesen do CMPU. **24)** O Conselheiro deu boa tarde a todos, parabenizou
297 os Secretários e a equipe da SMDU e expôs que o Movimento Defesa São Paulo entrou com
298 uma ação civil pública contestando em abstrato toda a Lei de Zoneamento, sendo
299 considerado perpetuar uma conduta do uso do judiciário de uma forma tóxica que não
300 agrega em nada ao processo, para simplesmente tentar barrar uma lei que teve participação
301 pública e solicitou que constasse em ata a sua desaprovação a esse tipo de questionamento.
302 **22)** Em seguida o Secretário José Américo Ascêncio Dias agradeceu a fala e franqueou a
303 palavra a Conselheira Renata Falzoni do Conselho da Cidade. **25)** A Conselheira Renata
304 Falzoni do Conselho da Cidade deu boa tarde a todos, e ressaltou a preocupação com o
305 direito de protocolo já comentado pelos outros conselheiros e informou que já está havendo
306 o uso desse direito pelos setores da construção civil. Além disso, comentou que a veiculação
307 de propaganda sobre o PDE vem sendo feita nocivamente. Mencionou o alargamento das
308 calçadas de forma positiva, porém pontuou que as novas leis não tratam sobre as calçadas

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

309 que já foram suprimidas e retiradas do cidadão, nem quanto a moralização das guias
310 rebaixadas e degraus, e que nos empreendimentos com fachada ativa, o qual é muito
311 desejável pela cidade, está sendo implementada a arquitetura conhecida como “anti-
312 mendigo”, a qual inibe a entrada da população, não sendo convidativa para apropriação do
313 espaço público. Continuou expondo que o PDE também não tratou sobre o transporte fluvial
314 de resíduos sólidos, e nem sobre a retirada dos postes. **26)** Em seguida o Secretario José
315 Américo Ascêncio Dias agradeceu a fala e franqueou a palavra a Conselheira Georgina
316 Helena de Freitas do CMPU. **27)** A Conselheira Georgina Helena de Freitas do CMPU deu boa
317 tarde a todos e iniciou referendando as colocações da Conselheira Renata, colocou ainda a
318 questão da mobilidade para o idoso, tendo em vista a explosão imobiliária que na maioria
319 das vezes não prioriza a ventilação e entre outros quesitos de vivência. Quanto ao
320 alargamento das calçadas, questionou se isso será realizado para residências que foram
321 construídas desordenadamente e que invadiram as calçadas. **28)** Em seguida o Secretario
322 José Américo Ascêncio Dias agradeceu a fala e franqueou a palavra ao Conselheiro Valter
323 Luis Caldana Junior do CMPU. **29)** O Conselheiro Valter Luis Caldana Junior do CMPU deu
324 boa tarde a todos, parabenizou o Secretário Fernando de Mello e toda a Secretaria pelo
325 trabalho histórico realizado mobilizando tantas pessoas, ressaltando que tal trabalho nunca
326 foi realizado antes e que a partir de hoje qualquer discussão a ser realizada deverá partir no
327 mínimo do mesmo patamar de participação. Expôs que as questões colocadas pelos outros
328 conselheiros não são problemas, mas sim lacunas na lei, e que não serão resolvidas por uma
329 Lei na escala do Zoneamento ou como o PDE, sendo o que falta agora é abrir a discussão
330 em uma escala no “chão” da cidade, como os planos de bairro, ou “projetos locais”, e que
331 esses projetos que irão resolver os problemas pontuais de cada região. Informou ainda que
332 os planos regionais não precisam preceder os planos de bairro, considerando que são
333 objetos distintos e que podem ser trabalhados simultaneamente. **30)** Em seguida o
334 Secretario José Américo Ascêncio Dias agradeceu a fala e franqueou a palavra a Conselheira
335 Ermínia Maricato do Conselho da Cidade. **31)** A Conselheira Ermínia Maricato do Conselho da
336 Cidade afirmou que o Governo não tem o controle total da cidade, e que a região da
337 residência dos trabalhadores foi construída sem nenhuma base legislativa, avançando sobre
338 as áreas verdes e causando danos ao meio ambiente como a poluição em córregos. Pontuou,
339 ainda, que além do “boom” imobiliário, o que está sendo solicitado é a compra de metro
340 quadrado para implantar área verde. Explanou, ainda, que a sociedade trata a cidade de
341 forma individualista fazendo aquilo que deseja e considera melhor. Afirmou também que o
342 Governo é limitado, pois a cidade é uma construção social subordinada à correlação de
343 forças e investimento do mercado imobiliário, e a partir disso o controle é perdido. Concluiu
344 que para alcançarmos a cidade desejada é preciso buscar prioritariamente uma mudança
345 social, acabando com o analfabetismo urbanístico. Informou, ainda, que apoia a atual gestão
346 e o plano de turismo e agricultura orgânica, que está encetando a priorização aos produtos
347 gerados pelo município. Finalizou sua fala relatando seu contentamento com o novo projeto
348 da prefeitura que tem feito o levantamento de todos os edifícios vazios no centro da cidade,
349 a fim de ocupa-los com moradia de interesse social, evitando a ocupação de áreas frágeis da
350 cidade, para assim tentar cumprir a função social da propriedade. **32)** Em seguida o
351 Secretario José Américo Ascêncio Dias agradeceu, informou que o tempo de reunião estava
352 se esgotando, e que se não fosse possível a resposta de todas as questões, o restante seria

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

353 disponibilizado no site, e então franqueou a palavra ao Secretário Fernando de Mello para
354 resolução das questões. **33)** O Secretário iniciou sua fala informando que alguns dos
355 questionamentos levantados pelos conselheiros não serão tratados pelo PDE ou pela Lei de
356 Zoneamento, uma vez que o PDE trata das grandes diretrizes da cidade e estabelece um
357 pacto social em relação ao desenvolvimento da cidade, já o Zoneamento trata sobre as
358 formas de uso e ocupação do solo, sobretudo do solo privado e o Código de Obras das
359 regras de cada edificação. Esclarecendo ainda sobre a abrangência de cada lei, explicou que
360 as políticas setoriais não darão conta da expansão da rede cicloviária, uma vez que não
361 trata-se de um problema de Zoneamento. Em relação ao questionamento sobre o
362 alargamento das calçadas, aclarou que há uma serie de ações adotadas por outras
363 Secretarias, como a SIURB que possui um plano de requalificação de calçadas, a São Paulo
364 Negócios que através do "MobiLab" desenvolveu parcerias com o "WRI" que a partir de um
365 projeto piloto em zonas com limite de 40km/h está transformando a relação entre espaço
366 público, viário e calçada em São Miguel Paulista. Ainda sobre o tema "calçadas", informou
367 que a SMDU possui dois programas, o "Território CEU" que está requalificando calçadas,
368 iluminação, sinalização e ligação entre os espaços públicos e o "Manual de Espaços Públicos"
369 que explicará o formato para realizar essas mudanças. Afirmou, ainda que essas questões
370 são de extrema importância e que apesar de não serem tratadas nessas leis, estão sendo
371 tratadas através de outros projetos. Em relação às áreas verdes, esclareceu que, assim como
372 colocado pela Conselheira Ermínia, produzir área verde na cidade irá gerar alto custo
373 financeiro e social por conta das diversas desapropriações, logo foi necessário estabelecer
374 prioridades, o que não impediu a criação do "Plano Municipal da Mata Atlântica" que está em
375 elaboração, e que de acordo com o PDE, permitirá que áreas de Mata Atlântica, não
376 caracterizadas como ZEPAM, sejam demarcadas como tal. Quanto à descentralização,
377 informou que a política não compete à Prefeitura, mas que há propostas referentes a isso
378 através do governo. Referente à descentralização das atividades econômicas da oferta de
379 bens, serviços e emprego por parte do município, informou que do ponto de vista do uso do
380 solo, há diretrizes específicas que estabelecerão incentivos, desde fiscais a isenção de
381 outorga onerosa, até um decréscimo de potencial construtivo em áreas já consolidadas
382 quanto a esse sentido, para uma difusão dessas ofertas, previstas na grelha do mapa. No
383 que tange a questão da PEUC, esclareceu que a notificação dos imóveis subutilizados, não
384 tem sido operada de forma aleatória, mas há o critério de aplicar a PEUC na Rede de
385 Estruturação da Transformação Urbana composta pelos eixos, pelas ZEU, pela grelha e pela
386 Macroárea de Estruturação Metropolitana e interiormente a essa rede, foi selecionado, ainda,
387 áreas onde há políticas públicas do município que estão diretamente aplicadas para auxiliar
388 essas políticas. Por fim, aclarou a questão levantada quanto ao Art. 174, afirmado que
389 apesar das diversas críticas ao PDE, algumas pessoas que antes o criticaram, agora entraram
390 em um debate negativo sobre a prolongação de prazo quanto às diretrizes desse artigo. No
391 entanto, o que de fato o Art. 174 permite é o prazo de três anos, que altera a cota parte,
392 para permitir a ampliação de uma área máxima de até 120m² e permitir a expansão para
393 duas vagas de garagem não computável. Portanto, não houve o veto nesse artigo para ter o
394 mínimo impacto no que já havia sido discutido. Informou que desde 2014, apenas 1.900
395 unidades habitacionais foram construídas com esses parâmetros, correspondendo a 10% de
396 toda produção imobiliária da cidade, as quais foram construídas prioritariamente fora dos

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

397 eixos, se essa produção hoje for para os eixos, com a baixa produção imobiliária, acredita-se
398 que a porcentagem que corresponde ao total da produção gire em torno de 2 a 3%, e
399 mesmo que forem, poderão atrair e induzir à adesão aos eixos. Alegou que o direito de
400 protocolo existe, porém ele só é possível ser protocolado quando há um terreno, um projeto
401 e pagamento dos emolumentos, ou seja, há uma antecipação, inclusiva de capital, e tudo
402 isso colabora para os baixos índices. Ainda que essa medida conceitualmente não agrade, o
403 debate é simbólico do que factual, e é necessário entender que o Zoneamento e o PDE
404 correspondem a uma sociedade complexa e diversa, e essas leis resultam da somatória dos
405 vetores nem sempre convergentes da cidade. Finalizando, o Secretário agradeceu á todos os
406 presentes e pontuou que a elaboração dessas leis foi um grande feito pelo contexto político
407 social que estamos vivendo. **34)** Em seguida o Secretário José Américo Ascêncio Dias
408 agradeceu ao Secretário da SMDU e informou sobre a moção da Revista "Isto É" que foi lida
409 pela Conselheira Gislane Caresia, colocada em votação e aprovada pelo conselho por
410 aclamação. **Encerramento:** O Secretário José Américo Ascêncio Dias agradeceu a presença
411 dos Secretários Padilha e Fernando de Mello e a todos que participaram dos debates,
412 encerrando a reunião às 18h08min. A reunião foi secretariada por Fernando Túlio Salva
413 Rocha Franco, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU que
414 juntamente com Ana Paula de Araújo Vieira e Talita de Veiga Cavallari, Assessoras Técnicas I
415 e da Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados – SEOC, lavraram a presente ata. **DEMAIS**
416 **PRESENTES:** Pedro Ribeiro do Vale (SOS Corredores Cidade Jardim); Adriana da Cruz
417 Santos (Conselho Participativo Pirituba/Jaraguá); Fernando Bruno (SMDU) Diogo do Carmo
418 Borges (SPISE); Rafael Mielnik (SMDU); Claudia Vison (CADES); Fabiana Luz (SMDU); João
419 Porfírio (SP URBANISMO); Joyce Reis (SMDU/SP URBANISMO); Amanda Paulista (SMDU);
420 Flavia Paretto (SMDU); Penha Pacca (DEUSO/SMDU); Carla Garcia (SMDU/DEINFO);
421 Lisandro Frigerio (SMDU/DEUSO). **ENTIDADES AUSENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE**
422 **POLÍTICA URBANA – CMPU** Secretaria Municipal de Gestão – SMG; Secretaria Municipal
423 dos Negócios Jurídicos – SNJ; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania –
424 SMDHC; Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB; Secretaria Municipal de Transportes –
425 SMT; Secretaria Municipal de Serviços – SES; Secretaria Municipal de Cultura – SMC;
426 Subprefeitura – Macrorregião Norte 1; Subprefeitura – Macrorregião Oeste; Subprefeitura –
427 Macrorregião Centro; Subprefeitura – Macrorregião Leste 2; Subprefeitura – Macrorregião
428 Sul 1; Conselho Participativo – Macrorregião Norte 2; Conselho Participativo – Macrorregião
429 Oeste; Conselho Participativo Municipal – Macrorregião Sul 2; Movimentos de Moradia (1);
430 Movimentos de Moradia (2); Movimentos de Moradia (4); Associações de Bairros (2); Setor
431 Empresarial (2); Entidades Sindicais – (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo –
432 SASP); Organizações não Governamentais – ONGs; Entidades Acadêmicas e de Pesquisa
433 Ligadas à Área de Planejamento Urbano Ambiental (Universidade de São Paulo – Faculdade
434 de Arquitetura e Urbanismo); Movimentos Ambientistas (1); Movimentos Ambientistas
435 (2) - (Vacante); Movimentos Culturais (Vacante); Conselho Municipal do Meio Ambiente e
436 Desenvolvimento Sustentável – CADES; Conselho Municipal de Trânsito e Transporte –
437 CMTT; Conselho Municipal de Habitação – CMH; Secretaria Estadual da Habitação; Secretaria
438 Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos; Consórcio Intermunicipal de Municípios do
439 Grande ABC da Região Metropolitana de São Paulo – CIGABC; Consórcio Intermunicipal de
440 Municípios da Região Sudoeste da Grande São Paulo – CONISUD; Consórcio Intermunicipal

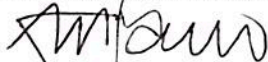
**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

441 de Municípios da Bacia Alta Juqueri – CIMBAJU; Consórcio Intermunicipal da Região Oeste
442 Metropolitana de SP – CIOESTE; Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê
443 – CONDEMAT.
444

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

Fernando de Mello Franco

Assinatura: _____



SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

Fernando Túlio Salva Rocha Franco

Assinatura: _____

SECRETARIA EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS – SEOC

Assessor Especial

Guilherme P. N. Nafalski

Assinatura: _____

Assessor Técnico I

Talita Veiga Cavallari

Assinatura: _____

Assessora Técnica I

Ana Paula de Araújo Vieira

Assinatura: _____

**ENTIDADES PRESENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ORGÃOS MUNICIPAIS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU (1)

Titular: Nuria Pardillos Vieira

Assinatura: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU (2)

Suplente: Camila Nastari Fernandes

Assinatura: _____



SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO - SGM

Suplente: Vilma de Oliveira Mendonça

Assinatura: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SF

Suplente: Diogo de Tullio Vasconcelos

Assinatura: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO – SEL

Suplente: Miguel Biazzo Neto

Assinatura: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS - SMSF



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Titular: Priscila Tiba Hashimoto

Assinatura: _____

SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS - SIURB

Suplente: Sônia Teico Yamada

Assinatura: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA

Suplente: Helia Maria Santa Barbara Pereira

Assinatura: _____

**SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO -
SDTE**

Suplente: Julio Henrique Canuto da Silva

Assinatura: _____

SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO

Titular: Patricia Saran

Assinatura: _____

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

Titular: Wagner Germano

Assinatura: _____

SUBPREFEITURA - MACRORREGIÃO

MACRORREGIÃO NORTE 2

Titular: Carlos Eduardo Silva Diethelm

(Subprefeitura Pirituba/Jaraguá)

Assinatura: _____

MACRORREGIÃO LESTE 1

Titular: Renata Carvalho Naves

(Subprefeitura Penha)

Assinatura: _____

Suplente: Viviane Rodrigues de Palma

(Subprefeitura Penha)

Assinatura: _____

MACRORREGIÃO SUL 2

Titular: Carlos Henrique Nunes Cabral

(Subprefeitura Santo Amaro)

Assinatura: _____

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL - MACRORREGIÃO

MACRORREGIÃO NORTE 1

Titular: José Carlos Ribeiro Gimenes

(CPM – Subprefeitura Santana/Tucuruvi)

Assinatura: _____

Suplente: Irani Aparecida Pereira Dias

(CPM – Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme)

Assinatura: _____

MACRORREGIÃO CENTRO

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Suplente: Artur Monteiro Roçado
(CPM – Subprefeitura Sé)


Assinatura: _____

MACRORREGIÃO LESTE 1

Titular: Angela Maria Calábria
(CPM – Subprefeitura Penha)

Assinatura: _____

Suplente: Georgina Helena de Freitas
(CPM – Subprefeitura Vila Prudente)

Assinatura: 

MACRORREGIÃO LESTE 2

Titular: Leonardo Medeiros e Silva
(CPM – Subprefeitura Itaim Paulista)

Assinatura: _____

MACRORREGIÃO SUL 1

Titular: Helio Higuchi
(CPM – Subprefeitura Campo Limpo)

Assinatura: _____

MOVIMENTOS DE MORADIA (3)

Suplente: Alexandre de Sant'anna Loyola
(Movimento Sem Teto do Centro – MSTC)

Assinatura: _____

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS (1)

Suplente: Nelson Terra Barth
(Associação dos Amigos do Bairro City Caxingui – AABCC)

Assinatura: _____

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS (3)

Titular: Paulo Gustavo da Vinha Carmo Bizzo
(Associação São Benedito Legal)

Assinatura: _____

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS (4)

Suplente: Cibele Martins Sampaio
(CIRANDA)

Assinatura: _____

SETOR EMPRESARIAL (1)

Titular: Ricardo Yazbek
(Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo – SECOVI)

Assinatura: _____

SETOR EMPRESARIAL (3)

Titular: Roberto de Castro Mello
(Sindicato Nacional das Empresas Arquitetura e Engenharia Consultoria – SINAENCO)

Assinatura: _____

Suplente: Adriana Blay Levisky
(Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura – AsBEA)

Assinatura: _____

SETOR EMPRESARIAL (4)

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Titular: Andy Alexandre Gruber
(Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP)

Assinatura: _____

Suplente: Christian de Moraes Machado Suppo Bojlesen

(Associação Comercial de São Paulo – ACSP)

Assinatura: _____

ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL

Titular: Jacobina Albu Vaisman

(Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo – IABsp)

Assinatura: _____

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL (1)

Titular: Valter Luis Caldana Junior

(Universidade Presbiteriana Mackenzie – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo)

Assinatura: _____

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

Titular: Carlos Afonso Cerqueira Aranha

(Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo – CICLOCIDADE)

Assinatura: _____

ENTIDADES RELIGIOSAS

Titular: Irene da Conceição de Brito

(Mitra Arquidiocesana de São Paulo)

Assinatura: _____

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP

Titular: José Raimundo do Sacramento

(Conselho Participativo Municipal de Campo Limpo)

Assinatura: _____

ÓRGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Suplente: Márcia Renata Iani

Assinatura: _____

SECRETARIA ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Titular: Luiz Fernando de Mattos Chaves

Assinatura: _____

445